

**Informação:**  
**Desperdício de refeições**  
**Nº 2 / 2015.2016**

A atitude dos alunos que, de forma sistemática, adquirem a refeição sem a consumir (independentemente de serem ou não alunos subsidiados) acarreta desperdício alimentar e despesas elevadas para o Ministério da Educação e Ciência, prejudicando os interesses do Estado e das famílias.

A fim de corrigir esta situação, solicita-se a cada Diretor de Turma (DT) que reforce a informação aos alunos / Encarregados de Educação (EE) que só devem marcar a refeição para os dias em que efetivamente necessitam, sensibilizando-os para o prejuízo e imoralidade do desperdício, numa lógica de cidadania.

Cada aluno / EE pode anular a marcação das refeições “desde que comunique, na véspera, a sua ausência” (cf. Regulamento Interno, Art.º 155º), podendo ainda usar os terminais existentes na escola ou a internet para aceder ao Kiosk (SIGE 3), na página do [Agrupamento](#).

Assim, no combate ao desperdício de refeições, devem ser considerados os seguintes procedimentos:

1. O DT receberá, mensalmente, dos Serviços Administrativos, a informação sobre as refeições com marcação e não consumidas pelos alunos da sua turma;
2. O DT deve validar a informação recebida com os alunos, procurando averiguar o motivo que originou a refeição não consumida, devendo confirmar se existem faltas de assiduidade justificadas.
3. Quando não existir uma justificação válida para o efeito, o DT deve proceder da seguinte forma:
  - 3.1. Participar, pelo meio mais expedito, a ocorrência aos EE, no sentido de os sensibilizar e responsabilizar, quando se tratar duma 1ª vez / mês, “dando-lhes a conhecer o prejuízo para o Estado, em termos económicos, e para o aluno, em termos alimentares, sociais e de cidadania” (orientações da DGEstE);
  - 3.2. Convocar o EE para uma reunião, de modo a que este assine um compromisso com o intuito de se prevenir a ineficácia ou impossibilidade de atuação, prevista no número anterior, quando existir reincidência (2ª vez / mês), onde esteja explícito que os EE terão que pagar o valor real de cada refeição, “em caso de reincidência na falta ao consumo da refeição depois desta ter sido encomendada” (orientações da DGEstE);
  - 3.3. Comunicar ao Diretor a nova reincidência (3ª vez / mês), informando-o do número de refeições com marcação de senhas sem terem sido consumidas, após a reunião com o EE referida no número anterior.
4. O Diretor inicia o processo para cobrar ao aluno / EE o valor de 1,46 euros por refeição marcada e não consumida, após a data da reunião do DT com o EE, independentemente da presença deste na reunião.
5. O valor total a cobrar deve ser comunicado, pelo DT, ao EE e ao serviço da papelaria, para se proceder à sua liquidação no prazo estipulado.
6. O incumprimento da medida prevista no número anterior, a comunicar pelo serviço da papelaria ao Diretor, constitui infração disciplinar passível da aplicação de uma medida disciplinar corretiva ou sancionatória, prevista no Estatuto do Aluno ([Lei nº 51/2012](#), de 5 de setembro).

AE Castêlo da Maia, 15 de setembro de 2015

O Diretor,

